



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

ATA DE REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de 2012, às 9 horas, no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Paranaíta-MT, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Compensação e Mitigação dos impactos no ambiente socioeconômico do Município de Paranaíta-MT, área de influência direta da Usina Hidrelétrica Teles Pires, composto pelas seguintes autoridades: o Dr. Pedro Hideyo Miyazima, representando o Município de Paranaíta-MT, Senhor Marcos Duarte, representando a Usina Hidrelétrica Teles Pires, presente, também, o Promotor de Justiça Luciano Martins da Silva, representando o Ministério Público. Também participam da reunião o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Doutor Alexandre Bustamante dos Santos, o Chefe de Estado Maior da Polícia Militar Coronel Joelson Geraldo Sampaio, o Senhor Assis Frizon, Secretário do Conselho Municipal de Segurança de Paranaíta, o Tenente Coronel João Evangelista do Nascimento Filho, Comandante do Comando Regional IX da PM/MT, e os membros da consultoria para assuntos referentes ao P.36 da UHE Teles Pires, Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Dra. Edwiges C.C. Correa e o Dr. Eguimar Felício Chaveiro. *Dando início aos trabalhos, composta a mesa, o DR. LUCIANO cumprimentou os presentes e esclareceu que reunião tem três importantes objetivos: 1 - Discutir sobre as ações a serem implementadas na área da segurança pública; 2 - Deliberar sobre o relatório as proposições contantes do Consultoria, oque será feito pelo Grupo de Trabalho; 3- Conhecer o projeto de monitoramento dos impactos que será apresentado pela consultoria; Após, o DR. PEDRO agradeceu aos presentes e esclareceu sobre a importância desse evento na segurança pública de Paranaíta; O DR. ALEXANDRE BUSTAMANTE esclareceu quanto às dificuldades da Polícia Militar quanto ao efetivo nos municípios, esclarecendo que para investidura de novos policiais é necessária a realização de concurso público; Em seguida o CORONEL SAMPAIO, enfatizou a importância de iniciativas como essa, esclarecendo aos presentes as dificuldades dos policiais militares nos municípios, sendo que, diante dos baixos salários, o alto valor do aluguel nos municípios da área de influência da usina, torna muito difícil a vida do policial militar; Dando continuidade, o SR. ALDO informou que em Paranaíta não há delegado, porém, existem muitos alunos na academia de formação, sendo que, com o término do curso, será lotado um delegado nesta cidade, informou que, na região, serão lotados mais 65 investigadores e 22 escrivães de policial; Explicou que em Alta Floresta é necessário um efetivo maior de policiais pois é uma cidade*



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

polo e é necessário dar suporte outras unidades policiais; O TENENTE CORONEL EVANGELISTA explicou que a polícia militar tem conseguido manter a segurança pública da região em níveis aceitáveis; Esclareceu que, com o aquecimento da economia regional, a criminalidade também aumentou; Informou que tem grande preocupação com o fato do pagamento dos funcionários da usina que ser realizado em Paranaíta, eis que dispõe de apenas seis policiais em Paranaíta; Informou que, nos dias de pagamento, estará deslocando um reforço no efetivo policial de Paranaíta; Após, o Sr. MARCOS DUARTE enfatizou que a CHTP sabe dos seus deveres, esclarecendo que todos devem trabalhar juntos para resolver os problemas da sociedades; O Sr. ASSIS esclareceu que Paranaíta precisa buscar um caminho para resolver o problema de segurança; Explicou sobre a preocupação de cada família de Paranaíta com a segurança; Após, o DR. LUCIANO desfez a mesa, dando continuidade aos trabalhos; Esclareceu que o Ministério Público defende o meio ambiente natural e também o socioeconômico; Informou que a obrigação do empreendedor é de interagir com o poder público para diminuir os impactos do empreendimento; Esclareceu que, segundo o orçamento padrão do empreendimento, devem ser gastos trezentos milhões de reais em programas ambientais, sendo que, até agora foram gastos pouco mais de cinco milhões; Acredita que o empreendedor tem condições de atender todas as necessidades materiais; Explicou que a intenção do Ministério Público é intermediar a celebração de um convênio com a CHTP e Município para execução das medidas que a consultoria indicar e que o Estado entender necessárias; O DR. PEDRO enfatizou a importância da consultoria que foi contratada para levantar as medidas necessárias visando mitigar os impactos da implantação da usina, esclarecendo, também, que a medidas que serão indicadas devem ser implementadas o mais rápido possível; O DR. MARCELO apresentou uma estimativa de aumento do efetivo policial necessário; Dentre as medidas necessária, destacou: Reforma e ampliação da cadeia pública; Reforma e ampliação da delegacia; Aquisição de equipamentos para as polícias civil e militar; Aquisição veículos específicos para as polícias civil e militar; Instalação de um posto policial comunitário no assentamento rural; Construção de um centro de polícia comunitária no jardim esperança; Construção de abrigo que atenda crianças do sexo masculino e feminino com trinta vagas; Construção de uma vila militar; Quanto aos programas na área de segurança pública para o município de segurança pública, o DR. MARCELO destacou a necessidade de: Estruturação e desenvolvimento de programa de atenção à mulher, criança e adolescente vítimas de violência; Estruturação e desenvolvimento de programa de atenção e prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; Restruturação do programa de formação de cidadania da Polícia Militar; Enfatizou que é necessária a parceria da CHTP

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

para implementação das medidas; O Dr. LUCIANO questionou ao Cel. SAMPAIO e ao Ten. Cel. EVAGELISTA se entendem como adequadas as medidas propostas, tendo o Cel. SAMPAIO informado que, para suprir a necessidade, terá que tirar os policiais de algum lugar onde também são necessários, esclarecendo que é necessário concurso público para ingresso de novos policiais; Quanto aos postos policiais, entende que não são necessários neste momento; Entende perfeitamente plausível o programa de prevenção ao uso de drogas e o programa de formação de cidadania da Polícia Militar; Quanto à construção da vila militar, o Cel. SAMPAIO entende como necessária, eis que, atualmente, dos seis policiais que atuam em Paranaíta, dois não possuem residência, residindo no próprio núcleo de polícia militar e o Comando Geral pretende encaminhar mais policiais para Paranaíta, assim que houver novo concurso público; O Dr. ALEXANDRE BUSTAMANTE esclareceu que entende como importante a reformas/construção dos prédios da delegacia, cadeia e núcleo de polícia militar; Sugeriu que se faça um laboratório de informática para capacitar os jovens da cidade; O Dr. LUCIANO questionou à CHTP sobre a possibilidade de se firmar convênio para implementação das medidas indicadas pela consultoria; O Sr. LUIZ RAMIREZ, Diretor da CHTP, informou que acredita ser melhor se reunir com as autoridades e a sociedade para definir o que realmente é necessário ser implementado; O Sr. RAFAEL, representante da CHTP, informou que já existe um convênio com o Estado onde a CHTP já se comprometeu em entregar dois veículos e uma base móvel; Esclareceu que a CHTP veio para uma reunião do Grupo de Trabalho, porém, o que está ocorrendo é uma audiência pública; Enfatizou a importância no grupo de trabalho da administração eleita para governar Paranaíta no próximo mandato; Informou não ser possível assumir qualquer compromisso hoje; O Dr. LUCIANO informou da importância de se implementar as medidas o mais rápido possível porque já existem mais de quatro mil trabalhadores na obra da usina e a segurança pública continua desestruturada; Esclareceu que a CHTP somente se preocupa em construir a usina, despendendo do mínimo de recursos possível com a sociedade; A Dra. Edwiges explicou sobre a metodologia dos estudos da consultoria; Esclareceu que a tomada de decisões sobre quais medidas devem ser implementadas compete ao poder público; O Dr. ALEXANDRE BUSTAMANTE, respondendo à Sra. ELIANE ZANETTE, Secretária Municipal de Educação, informou que no último concurso público passaram somente quatrocentos policiais, quando existiam vagas para um mil policiais; Esclareceu que diante do número reduzido de policiais, deve ser feita a opção sobre os policiais que serão designados para o PROERD; O Sr. HUMBERTO, responsável da CHTP pelo monitoramento, informou que utilizam informações da polícia militar e da delegacia de polícia para verificar a necessidade de mais policiais; Esclareceu que a consultoria

2/1/14

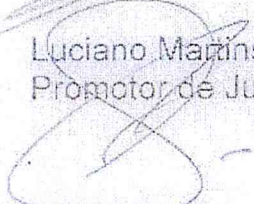
[Handwritten signature]

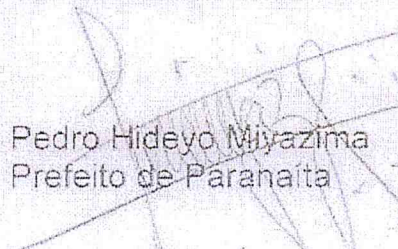
[Handwritten signature]

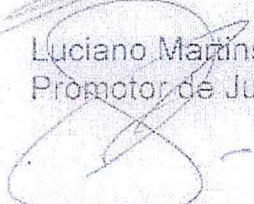



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça


da CHTP utiliza o método pontual; O Sr. ALDO informou que houve um aumento no número de registros de boletins de ocorrência de 2012 para 2013, deduzindo que esse aumento se deve um função da obra; Esclareceu que se houver a possibilidade da CHTP firmar o convênio para reforma/ampliação das unidades de segurança pública, a população do município agradecerá muito. Nada mais, foi a presente ata encerrada por mim _____ Henrique da Silva Cavalher, Técnico Administrativo.



Luciano Martins da Silva
Promotor de Justiça



Pedro Hideyo Miyazima
Prefeito de Paranaíta

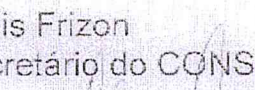

Marcos Duarte
Diretor de Sustentabilidade da CHTP



Edwiges C.C Correa
Membro da Consultoria

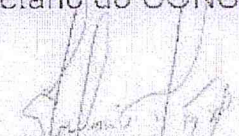

Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro da Consultoria



Eguimar Felício Chaveiro
Membro da Consultoria

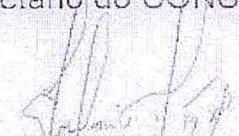

Alexandre Bustamante dos Santos
Secretário Adj de Segurança Pública


Assis Frizon
Secretário do CONSEG


Coronel Joelsen Geraldo Sampaio
Chefe de Estado Maior da PM/MT


Ten. Cel. João Evangelista N. Filho
Comando Regional IX da PM/MT


Luiz Claudio Ramirez
Diretor Adm. Financeiro CHTP


Rafael Villar Gagliardi
Advogado da CHTP


Aldo Silva da Costa



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

ATA DE REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às 14:30 horas, no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Paranaíta-MT, encerrada a reunião realizada pela manhã sobre segurança pública, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas de Compensação e Mitigação dos impactos no ambiente socioeconômico do Município de Paranaíta-MT, área de influência direta da Usina Hidrelétrica Teles Pires, composto pelas seguintes autoridades: o Dr. Pedro Hideyo Miyazima, representando o Município de Paranaíta-MT, Senhores Marcos Duarte, representando a Companhia Hidrelétrica Teles Pires, presente, também, o Promotor de Justiça Luciano Martins da Silva, representando o Ministério Público. Também participam da reunião os senhores Luiz Claudio Ramirez Nunes, Rafael Villar Gagliardi, Diretor e Advogado, respectivamente, da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e os membros da consultoria para assuntos referentes ao P.36 da UHE Teles Pires, Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Dra. Edwiges C.C Correa e o Dr. Eguimar Felício Chaveiro. Dando continuidade à reunião realizada pela manhã, o Dr. LUCIANO informou que o primeiro relatório da consultoria está pronto, sendo que a consultoria constatou a necessidade de implementação de muitas medidas e programas a fim de compensar os impactos negativos do empreendimento do meio socioeconômico, inclusive para área de segurança pública; Esclareceu que a Consultoria está com o projeto de monitoramento pronto para ser apresentado hoje; Enfatizou que grupos de trabalho que tem por objetivo o acompanhamento dos programas de compensação e mitigação socioambiental e a deliberação sobre as atividades e relatórios de monitoramento apresentados pela Consultoria; Propôs seja colocada em votação a aprovação integral do relatório da Consultoria tendo votado pela aprovação integral, com exceção das casa populares; O Sr. RAMIREZ esclareceu que o que se contempla no P.36 são medidas para aquilo que efetivamente constituem impacto decorrente da implantação do empreendimento; O Dr. PEDRO enfatizou que existem obras previstas no relatório que já estão sendo implementadas ou que já foram implementadas; Esclareceu sobre a importância da construção da usina, tendo ponderado que quem sofre as consequências é a população local; O Profs. MARCELO, EGUIMAR e EDWIGES explicaram a metodologia do relatório que foi discutido entre os presentes; O Sr. MARCOS informou que a CHTP não concorda com a metodologia e o procedimento adotados, inclusive por ter solicitado prazo para manifestação sobre o relatório da consultoria, de modo que propõe e se posiciona no sentido de que sejam aprofundados os estudos para, só então, se discutir sobre o cabimento ou não das medidas

Ata da reunião

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

indicadas no citado relatório, tendo em vista que, conforme, inclusive, decorre de manifestações havidas durante a reunião, há evidentes pontos de fragilidade, tais como: indicação de medidas como pendentes, mas que já foram realizadas, falta de indicação denexo de causalidade entre o efeito indicado e a implantação do empreendimento, dentre outros, motivo pelo qual, também, a CHTP discorda da metodologia utilizada, entendendo, por isso, ser essencial a continuidade dos estudos, para que a deliberação sobre as medidas ocorra apenas quando haja consenso com a sua pertinência no âmbito do P.36; O Sr. RAMIREZ informou que a CHTP já firmou compromisso de pavimentar a Rod. MT-206, que liga Alta Floresta à Paranaíta, com acordo de isenção de ISSQN dos Municípios de Alta Floresta e Paranaíta; O Prof. HUMBERTO, em nome e com o apoio da CHTP, propôs que as duas consultorias se reunissem para debater os pontos em que há divergência na análise socioambiental, o que foi rejeitado; O Dr. PEDRO aprovou integralmente o relatório, com exceção das casas populares; O Dr. LUCIANO, também aprovou integralmente o relatório, com exceção da construção das 250 unidades habitacionais, acrescentando que o relatório da consultoria trouxe proposições ou medidas que não foram executadas, que estão em execução, ou já concluídas, sendo que a aprovação do relatório com medidas já executadas ou em execução não implica em duplicidade de obrigação à CHTP, uma vez que todas as medidas, ainda que executadas, não estão exauridas, devendo ser objeto de monitoramento pela consultoria e, eventualmente, de complementação, após nova deliberação pelo Grupo de Trabalho; Esclareceu, ainda, que, diante da abstenção em votar da CHTP e aprovação do Ministério Público e Município de Paranaíta, com exceção das casas populares, considera-se aprovado o relatório, com exceção das casas populares; Propôs a elaboração do cronograma de execução com participação do Município de Paranaíta, do Ministério Público, da CHTP e da Consultoria, proposta esta aceita pelo Município de Paranaíta e recusada pela CHTP; O Dr. LUCIANO acrescentou que o Ministério Público, em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranaíta e com a colaboração da Consultoria, vão iniciar a elaboração do cronograma das medidas aprovadas a partir do dia cinco de novembro, pelo tempo que for necessário e que a CHTP, embora não concorde com a sistemática adotada, poderá, à qualquer tempo, participar da elaboração do cronograma; O Dr. RAFAEL informou que a CHTP não concorda com a sistemática adotada; Pediu que se consignasse em ata que existem conflitos de interesse entre a Prefeitura e o Ministério Público, conforme admitido pelo próprio ilustríssimo senhor promotor; A CHTP não assinou a ata da reunião realizada pela manhã por desconhecer que seria realizada e por não ter participado de sua elaboração; A CHTP não concorda com a forma de deliberação que foi imposta, divergindo, inclusive, daquilo que fora discutido em ocasiões anteriores e também, pela existência de conflito de interesses entre a

Muniz

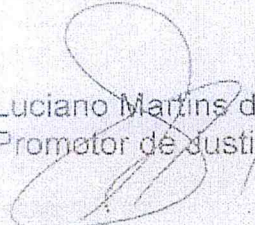
W

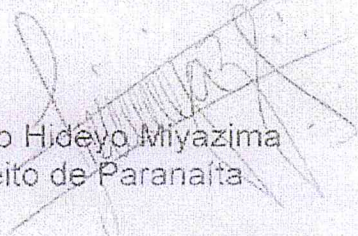
A e/s

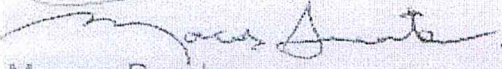


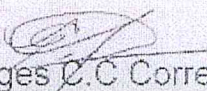
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

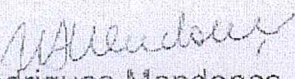
Prefeitura e o Ministério Público, ao menos nesse assunto; Consigna, ainda, que não considera aprovada a proposta colocada em deliberação e nem o relatório, pois entende que, além do já exposto, é necessário o consenso, que não existiu; Consigna, mais, a ressalva de todos os seus direitos, interesses e prerrogativas decorrentes daquilo que entende ser um ato arbitrário em razão das decisões e condutas havidas até o momento; O Dr. LUCIANO, ao fim, deu por encerrada a reunião, destacando que o resultado foi a aprovação integral do relatório, exceto da proposição relativa as unidades habitacionais; Restou, também, acordado o dia cinco de novembro para início da elaboração do cronograma de execução das obras. Nada mais, foi a presente ata encerrada por mim _____ Henrique da Silva Cavalher, Técnico Administrativo.

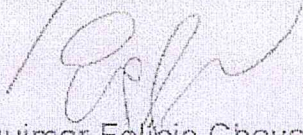

Luciano Martins da Silva
Promotor de Justiça

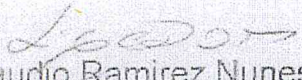

Pedro Hideyo Miyazima
Prefeito de Paranaíta

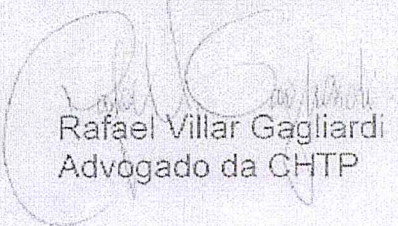

Marcos Duarte
Diretor de Sustentabilidade da CHTP


Edwiges C.C. Correa
Membro da Consultoria


Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro da Consultoria


Eguimar Felício Chaveiro
Membro da Consultoria


Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. Financeiro CHTP


Rafael Villar Gagliardi
Advogado da CHTP